

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A vigésima quinta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
2 Espaço Verde da FEPAM, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco, Porto Alegre-
3 RS, às quatorze horas do dia vinte e um de fevereiro do ano de dois mil e cinco.
4 Compareceram os seguintes Conselheiros: Mauro Sparta, Secretário do Meio Ambiente
5 e Presidente do CRH/RS; Frederico Cantori Antunes, Secretário das Obras Públicas e
6 Saneamento e Vice-Presidente do CRH/RS; Margareth Vasata Macchi Silva, da
7 Secretaria de Coordenação e Planejamento; Paulo Azeredo Filho, da Secretaria da
8 Saúde; Marta Hermínia Marchiore Dias, da SEDAI; Paulo S. Blessmann, da Secretaria
9 de Energia, Minas e Comunicação; Tarso Isaia, do IBAMA; Jorge Silvano Silveira, do
10 Comitê Apuaê-Inhanadava; Nanci Begnini Giugno, do Comitê Lago Guaíba; Eldo Costa,
11 do Comitê Santa Maria; Dionei Minuzzi Delevati, do Comitê Pardo e Fernando Bernál,
12 do Comitê Baixo Jacuí. Demais participantes: Rogério Dewes, Diretor do Departamento
13 de Recursos Hídricos/SEMA; Paulo Paim, Secretário Executivo do CRH/RS; Vera Lúcia
14 Callegaro do Pró-Guaíba; Mariângela Laydner da Secretaria das Obras Públicas e
15 Saneamento; Sérgio Cardoso e Ada Piccoli, do Comitê Gravataí; Ione Gutierrez, do
16 Comitê Sinos; Carlos Renan Dotto, do Comitê Vacacaí e Vacacaí-Mirim; João Paulo A.
17 de Moraes, do Comitê Baixo Jacuí; Antonio Augusto Marques e Milton Haack, do Comitê
18 Tramandaí; Leonardo Pires do Comitê Camaquã, Vilma Cardoso da Silva do Comitê
19 Lago Guaíba; Ricardo Süffert, do Comitê Caí; Ivo Mello, do Comitê Ibicuí; Maria Salete
20 Cobalchini, da FEPAM. O Secretário Mauro Sparta deu início à reunião às catorze
21 horas e trinta minutos, saudando a todos, lembrando ser essa sua primeira reunião
22 como Presidente embora já tivesse participado de outras reuniões como representante
23 da Casa Civil no Conselho. Destacou ainda a maciça presença dos Comitês. Em
24 seguida o Secretário e Presidente do CRH colocou a reunião no contexto da severa
25 estiagem por que passa o Estado do Rio Grande do Sul, relacionando-a com as
26 questões ambientais de modo geral. Relatou as reuniões sistemáticas com o
27 Governador do Estado para minimização dos problemas decorrentes da estiagem,
28 inclusive a orientação para que as Secretarias unam seus orçamentos para o
29 desenvolvimento de projetos e ações articuladas. Expôs a idéia de que projetos de
30 saneamento básico e ambiental em pequenas comunidades possam ser realizados em
31 conjunto pela SOPS e SEMA. Em seguida passou para o item um da pauta, a ATA da
32 24ª reunião ordinária. O Secretário Executivo leu as propostas do Presidente Eldo cujo
33 os conteúdos foram aprovadas e estão explicitados adiante no item Assuntos Gerais
34 desta ata. O Presidente passou ao item dois da pauta, Programa de Investimentos do
35 FRH para 2005. Com a chegada do Secretário Frederico Antunes das Obras Públicas, a
36 palavra lhe foi passada. O Secretário Frederico fala sobre a estiagem e destaca: a) a
37 origem ambiental dos problemas a serem enfrentados, b) a necessidade de recursos
38 financeiros e sua ausência, c) a necessidade de "fazer mais com menos", d) o
39 aproveitamento pragmático da articulação das ações das Secretarias, dos Comitês, dos
40 Coreds e dos municípios. Lembrou, por outro lado, que no início deste governo, o FRH
41 tinha aproximadamente 25 milhões virtuais, e que, a esses somavam-se os recursos
42 não gastos nos dois anos do atual governo, num fundo que não pressiona o Tesouro do

43 Estado. "Como não gastá-lo?". O Secretário Frederico lançou a proposta de um
44 Programa de Saneamento Ambiental para o Estado, como instrumento de
45 enfrentamento da situação atual e futura e que, segundo ele, sensibilizaria o Governo
46 para a recuperação política desse passivo financeiro. O Secretário ainda relatou a
47 licitação de projetos ocorrida na SOPS, dividida em seis pacotes sendo que três deles
48 já em andamento e para os quais, os Comitês e os Coredecs foram os canais
49 institucionais para o estabelecimento de prioridades. Esses projetos, além de outros,
50 comporiam o Programa a ser lançado. Encerrada fala do Secretário Frederico Antunes,
51 o Presidente Mauro Sparta passou a palavra ao Dr. Rogério para a apresentação da
52 proposta da SEMA para 2005. A apresentação bastante detalhada ainda originou
53 questões de esclarecimento e sugestões quanto a forma. A conselheira Nanci falou em
54 nome do Comitê do Lago expondo ao plenário sua situação específica. O projeto
55 daquele Comitê, devidamente aprovado no DRH e com convênio com a FAURGS
56 pronto, não aparecia na lista apresentada. Foi-lhe explicado que o critério aplicado e
57 que gerou tal situação era de que todo o Comitê que já tinha apoio do FRH para seus
58 processos de planejamento, não teriam sido contemplados em 2005. Ela solicitou então
59 ao plenário, que o Comitê do Lago fosse excepcionalizado. Consultado sobre a
60 proposta, o plenário se mostrou favorável. Ainda nesse item da pauta, o Presidente
61 passou a palavra para a Eng^a Mariangela para apresentação da SOPS. Também foi
62 desenvolvida uma ampla prestação de contas do que foi executado do orçamento de
63 2004, e a proposta para 2005. Também aqui muitas perguntas de esclarecimento.
64 Alguns Comitês se manifestaram dizendo não terem sido consultados para prioridades.
65 Mariangela explicou que são aqueles três pacotes (regiões) da licitação que ainda estão
66 com problemas de disputas administrativas. O conselheiro Eldo colocou que as
67 Prefeituras na bacia do Santa Maria estariam reclamando que, após a consulta não
68 mais teriam sido contatadas. Mariangela confirmou que teria visitado pessoalmente
69 todas elas e que, por consequência, a reclamação não procedia. Consultado o plenário
70 pelo Presidente, as propostas foram aprovadas na sua essência, já que os valores
71 financeiros dependem de negociações com o Governo, seja pelo corte orçamentário
72 autorizado há poucos dias pelo Governador, seja a partir do possível resgate dos
73 recursos passivos do FRH conforme já explicado. Nesse momento o Presidente Mauro
74 Sparta pediu licença ao plenário para se retirar, motivado por uma viagem ao interior do
75 Estado e passou a coordenação da reunião ao Secretário Executivo Paulo Paim. Na
76 seqüência, Paim passou ao próximo item da pauta; processo de manutenção dos
77 Comitês gaúchos, cujo projeto está na Câmara Técnica do Conselho. O coordenador da
78 CT, Ivo Melo, relatou os trabalhos e discussões acontecidas na CT, disse que embora
79 os avanços significativos ainda haviam muitos pontos sem consenso, e que essa CT
80 precisava de mais tempo para concluir o projeto, o que era totalmente possível já que
81 para 2005, a manutenção estava mantida no atual formato, conforme Rogério tinha
82 acabado de mostrar, ou seja, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) por Comitê. Não houve
83 nenhuma manifestação contrária do plenário. Assim, o projeto segue na CT. No item
84 seguinte, Assuntos Gerais foram abordados os seguintes temas: a) Sérgio Cardoso,
85 Presidente do Comitê Gravataí solicitou empenho da direção do Conselho para evitar, o
86 máximo possível, as transferências de datas das reuniões do CRH. Paulo Paim
87 comprometeu-se pessoalmente com isso; b) Antônio Augusto, Secretário Executivo do
88 Comitê Tramandaí relatou uma ação do Comitê junto a FEPAM. Consultado pela
89 FEPAM sobre diretrizes do Comitê a serem incluídas nos Planos Diretores Municipais
90 em elaboração no âmbito do Projeto Gerenciamento Costeiro, o Comitê solicitou ao
91 órgão ambiental não mais licenciar lavouras de arroz, até que os PDs estejam prontos;
92 c) o conselheiro Eldo registrou formalmente a expectativa dos comitês da Região do

93 Uruguai que o Pró-Uruguai seja incorporado ao SERH – Sistema Estadual de Recursos
94 Hídricos. Relatou também a proposta de outorga aprovada em plenário do Comitê
95 Santa Maria e encaminhada ao DRH (a qual acompanha esta ATA). Relatou o fato
96 desagradável da ação de um burocrata e tecnocrata do IBAMA ("que parece não
97 conhecer nada do Sistemas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos"), que por pouco
98 não destrói toda uma negociação, atendendo à Lei 10 350/94, articulada entre FEPAM,
99 DRH, Comitê e Brigada Militar, na bacia do Santa Maria. O representante do IBAMA
100 Tarso Isaia tranquilizou o conselheiro dizendo que o fato já estava sendo investigado no
101 IBAMA; d) Paulo Paim faz uma avaliação histórica da criação dos dois sistemas no RS,
102 o ambiental e o de Recursos Hídricos. Ambos foram construídos no mesmo período, no
103 mesmo ano, paralelamente, e cada um tem uma doutrina. O Sistema Ambiental ainda
104 tem o "mandato e controle" como fundamento doutrinário. Lembrou que não existem
105 nenhuma "ponte" institucional entre os dois Sistemas. Daí decorre a necessidade de um
106 maior esforço de articulação; e) Paulo Paim salientou, a partir de comentários soltos no
107 plenário, a forma diferenciada como os Comitês Santa Maria e Gravataí exerceram seu
108 papel de articuladores da solução de conflitos no âmbito de cada uma das respectivas
109 bacias hidrográficas. O comitê Santa Maria articulou os atores no âmbito restrito do
110 Comitê. Já o Comitê Gravataí primeiro publicou o debate, e na seqüência, passou a
111 coordenar as soluções possíveis. Com a concordância dos Presidentes presentes,
112 ambas serem estratégias passíveis de utilização conforme o caso; f) o conselheiro Eldo
113 solicitou um nivelamento dos promotores públicos em relação à Lei 10 350/94; g) o
114 conselheiro Bernal fez os seguintes registros: 1) a dificuldade de relacionamento entre a
115 FEPAM, o Ministério público e o Comitê do Baixo Jacuí no tema Mineração de areia no
116 Jacuí, lembrando que o problema tende a se agravar com a proibição da mineração no
117 Lago Guaíba (Paulo Paim pede que o conselheiro protocole urgentemente no CRH, um
118 relato do que vem acontecendo), 2) a necessidade de que se fomente a construção de
119 barramentos sustentáveis, 3) a necessidade de parecer da Secretaria Executiva do
120 CRH sobre a prorrogação do mandato atual da Direção do Comitê, por questões
121 burocráticas; g) a Eng^a Mariangela propôs apresentar ao Conselho na próxima reunião,
122 o projeto SOPS para saneamento de municípios abaixo de 5000 habitantes. Por fim foi
123 aprovada a realização da próxima reunião no dia 21(vinte e um) de março às
124 14(catorze) horas e mantido o calendário aprovado anteriormente, a partir daí. Nada
125 mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Paulo Renato Paim, Secretário
126 Executivo do Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta ata.